

## O FEMINISMO QUE GINGA: MULHERES CAPOEIRISTAS ANGOLEIRAS EM SALVADOR DOS ANOS 80

Francineide Marques<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo se propõe a resgatar a história de uma experiência feminista em Salvador da década de 1980. Assim, tomando-se a trajetória de vida de algumas mulheres negras que fizeram parte do Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, procura-se, sob uma perspectiva feminista, verificar de que maneira a tradição e os fundamentos da Capoeira Angola da linha pastiniana, prática cultural de matriz africana, proporcionaram a consciência de gênero em um espaço social historicamente marcado pela presença masculina. Investiga-se, pois, a construção de identidade e o empoderamento das mulheres capoeiristas angoleiras como *práxis* de um feminismo negro partindo-se do referencial teórico foucaultiniano do biopoder para pensar a história. Como fontes apoia-se, este estudo, na história oral, em registros encontrados na *internet* e na metodologia participante.

Palavras chave: Capoeira angola, mulheres negras, feminismo negro, empoderamento, direitos humanos

### 2. INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é refletir sobre o protagonismo das mulheres capoeiristas angoleiras que se fez sentir a partir de atitudes marcadamente feministas em que essas mulheres, dentro do universo da capoeira angola e daí para fora, buscaram a efetivação da equidade nas relações de gênero. Para tanto se apropriaram dos seus corpos, do direito da fala, da necessidade imprescindível de que se fizessem respeitar como mulheres negras, donas das suas sexualidades, dos seus discursos e, especialmente, donas das suas escolhas.

Assim, trabalha-se aqui com a hipótese da existência de um feminismo angoleiro em que as mulheres capoeiristas angoleiras defendem o respeito às mulheres e a não

---

<sup>1</sup> Mestranda em educação, cultura e identidades (UFRPE-Fundaj); pesquisadora do GEPERGES – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde – francineidemarques@gmail.com.

violência fazendo dessa luta uma *práxis* de vida quer seja em seus papéis domésticos, em suas atividades laborais, em suas atividades acadêmicas, em suas experiências privadas e públicas. Para nos ajudar a pensar sobre essa hipótese, calcando-nos na história oral, recorreremos às memórias da autora e às vivências com mulheres negras que fizeram parte do grupo de Capoeira Angola Pelourinho no período estudado, inclusive à própria experiência da autora que ali permaneceu entre 1987 e 1992, aqui adotando-se, portanto, a metodologia da observação participante.

Valoriza-se neste estudo, as subjetividades e o modo como se expressam atitudes e comportamentos sociais enfatizando-se a análise de novas fontes que contemplam o habitualmente não dito e o imaginário popular. À nova forma da história que nos é trazida por Lucien Febre e Marc Bloch concebe uma história que problematiza o social suas personagens anônimas com os seus modos de viver, sentir e pensar.

É uma história de estruturas em movimento que se preocupa não apenas com a apologia de príncipes ou generais, mas com os feitos singulares que vão compor a sociedade e a reconstrução dos fatos passíveis de compreensão e explicação. A perspectiva de uma história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história. Por conseguinte, o conhecimento do todo deveria nascer na medida, mais acessível, de suas partes.

Interessa, pois, refletir, sob uma perspectiva feminista e dos direitos humanos sobre a trajetória dessas mulheres dentro de uma sociedade que discrimina, coisifica, estigmatiza e nega-lhes direitos, sob o mito de uma suposta “democracia racial”, vez que Agora, na contemporaneidade, como em períodos anteriores da história brasileira – assim como na história ocidental -, os estudos obscurecem – quando não ignoram – a presença cotidiana da mulher negra e privilegiam, sobretudo, os atos do homem como constatou Cecília Soares (2007, p.17).

As feministas angoleiras escolheram fazer de forma inovadora, de maneira coletiva, conquanto fossem numericamente poucas, não só o exercício da solidariedade umas às outras, mas também se apoiando nos discursos de outras feministas negras que

discutiam o empoderamento das mulheres negras em contraposição aos poderes do legado patriarcalista de uma sociedade calcada em padrões capitalistas, colonialistas, machistas e racistas, pois

“A caminhada das mulheres negras em direção à tomada de consciência da opressão de gênero é longa. Foi promovida pela compreensão do racismo e da discriminação racial como determinantes para a exclusão das mulheres negras, pela participação nos movimentos de mulheres negras e pelo embate político com o feminismo hegemônico, do qual são críticas. (CARDOSO, 2013, p.2)

Assim é que as mulheres angoleiras reconheceram-se lutadoras dentro e fora das rodas da capoeira pelo respeito aos direitos das mulheres; pela equidade nas relações de gênero, combatentes pelo fim da violência e pela diversidade.

Ou seja, a experiência do feminismo angoleiro passou a marcar, já na década de 80, a possibilidade de outras formas de relações sociais: mulheres negras escolhiam a liberdade com o domínio da sua corporeidade e se assenhoravam dos seus movimentos corporais, dos seus discursos e da sua sexualidade passando a transitar em espaços masculinos fortalecendo-se em suas identidades ajudando a construir e expandir as discussões e os debates sobre novas possibilidades de enfrentamento ao machismo e ao racismo.

Assim, na tentativa de quebrar as históricas desigualdades de gênero as feministas angoleiras passaram a rechaçar o lugar de mulher negra sobre a qual recaia o maior encargo dessas desigualdades; lugar que era sempre o último da escala social em que as oportunidades estão sempre longínquas.

No entanto, a situação da mulher negra é muito mais complexa, pois esta é duplamente estigmatizada: pela sua condição de mulher e pela questão racial. (ALVES, 2015, p.3)

Imbuídas do propósito de transformar a realidade social em que viviam as angoleiras passaram apoiadas nas práticas da capoeira angola a questionar a seus pares e a se questionar sobre esse lugar de negra que perpetuava as desvantagens secularmente impingidas às mulheres negras.



Com a construção de uma identidade de mulher angoleira, demarcava-se um espaço dentro das relações nos espaços da capoeiragem, assim também, na projeção dessa imagem para além desses grupos afirmando-se o ser angoleira como identificação a problemas vivenciados pela condição de ser mulher negra capoeirista jogadora da Angola.

Conquanto se tenha conhecimento da participação de mulheres e rodas de capoeira, sabe-se também da imensa dificuldades de contar essa história das capoeiristas ancestrais pela pequena, quase insignificante quantidade de registros históricos.

A postura vanguardista das angoleiras nos anos 80 para demarcação de um espaço dominado pelo masculino revela consciência de gênero em uma postura política de visibilização de mulheres na capoeira angola fazendo surgir uma resignificação da prática da capoeira em Salvador e daí decorrendo essa nova identidade angoleira.

A preocupação em registrar essa experiência surge em razão de fazer-se contraponto à histórica invisibilização das mulheres, pois a discriminação racial na vida das mulheres negras permeia as histórias de vida e o esforço pela sobrevivência com a criação de distintas estratégias para o enfrentamento dessas diferenças, já que *”Ser negro e mulher no Brasil, repetimos é um objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”* ( GONZALEZ, 1982, p. 97).

Interessa-nos, ainda, especificar a temporalidade e a espacialidade da história aqui estudada que é aqui delimitada para que se possa atingir o foco do trabalho, qual seja o exame da ocorrência de um feminismo negro em Salvador, com a experiência das mulheres capoeiristas, experiência essa que denominamos de feminismo angoleiro por ter as suas especificidades caracterizando-se como um dos processos emancipatórios e indicadores da riqueza das diversas lutas entabuladas pelas mulheres brasileiras e como

O processo de socialização do movimento da mulher negra vem mencionar estratégias de sobrevivência diante do racismo para se defenderem nos espaços que se faz presente como: escola, sociedade, trabalho e lazer reivindicando sua especificidade enquanto mulher negra como também reivindica ao acesso a equidade. (ALVES, 2015, p. 10)

Dessa forma, conquanto tenhamos relatos da presença de mulheres em rodas de capoeiras a exemplo de Maria Doze Homem e Angélica Endiabrada (ABIB, 2013, p. 111/112) e também, de Rosa Palmeirão, Cândida Rosa de Jesus e Massú, vê-se que tais relatos fugiram aos registros históricos, feitos em grande maioria por homens.

A sistemática supressão de oportunidades; as violações aos seus direitos individuais e sociais e, também, outras formas de opressão que são a tônica das discriminações, do racismo e do sexismo são vivenciadas de formas extremadas causando redução nas oportunidades sociais e acentuando – de forma às vezes insuportáveis - todas as mazelas que as desigualdades acarretam, pois

Ou seja, o movimento feminista brasileiro recusava reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho onde mulheres negras são preteridas no acesso e na promoção a melhores ocupações em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, de preferência louras (*omissis*) **Cresce a cumplicidade entre as mulheres brasileiras.** (CARNEIRO, 2011, p. 121) (destaques nossos)

Ao revés, sublinha-se que na temática estudada, na especificidade do nosso objeto, estamos admitindo que existe a tentativa de ruptura dessa dinâmica de diferenças a revelar um avanço da consciências das mulheres nos grupos de capoeira angola e essa ruptura se dá, inclusive com as demonstrações de carinho e amor, no cuidado com a outra que são têm sido afetos historicamente – na diáspora - negados às mulheres negras.

O contato com a aprendizagem dialógica em que se proporciona exercício da fala e da escuta; os momentos de discussões dos temas que as afeta e que são componentes diários das suas vidas permite a reflexão sobre os fatos do mundo que as cerca e a extensão das suas percepções para dentro e para além do individual em um movimento de autoconhecimento e do conhecimento da outra que facilita a construção da identidade de cidadã fazendo com que se aprenda a lidar com si mesma e com os seus papéis sociais e, especialmente, a expectativa de ver os seus direitos serem respeitados.



No grupo a mulher se vê e, ao mesmo tempo vê a realidade que se estampa à sua frente como extensão e efeito de si mesma, percebendo e esmiuçando em conjunto um mundo como ser histórico, protagonista de sua historicidade e que, portanto, está inserida em uma

A historicidade é, pois, uma questão complexa do ponto de vista teórico na medida em que a prática instituidora do social é ação de sujeitos que são instituídos como tais por esse mesmo social. (CHAUI, 1982, p. 16/17)

O movimento de se ver na existência pulsante de um grupo que se movimenta em circularidade permite ver-se enquanto componente não só do grupo, mas também como operadoras da história que exercita a liberdade de expressão e emite opinião zelando pela sua dignidade.

Como “se governar” e direcionar os mecanismos à consecução de respeito à tutela jurídica e a efetivação de direitos, contrapor-se às agruras e dissabores que a discriminação, a desigualdade acarretam percebendo-se inserida em uma sociedade que

“bloqueia a esfera pública da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e\ou antagônicos. Esse bloqueio não é um vazio ou uma ausência, mas um conjunto de ações determinadas que se traduzem numa maneira determinada de lidar com a esfera da opinião: os *mass media* monopolizam a informação, e o consenso é confundido com a unanimidade, de sorte que a discordância é posta como ignorância ou atraso. (CHAUI, 2008, p.74)

Ser protagonista que constrói, desconstrói e reconstrói nos espaços nos quais afirmam a sua atuação política, espelhando-se no universo social como ser histórico na inteireza da individualidade torna-se um desafio que cutuca o dia-a-dia da mulher e vai permeando as suas relações com o mundo desde um olhar feminista negro.

Assim também – consciente das regras do jogo, dos seus direitos - a mulher angolense, exsurge como capoeirista para jogar no mundo. Só que agora para jogar na e com a sociedade: imbuída da ideia de respeitar e fazer respeitar os seus direitos.

Rasgar o conforto do acolhimento do espaço da capoeira para se emaranhar no tecido social hostil desrespeitador contumaz dos seus direitos de cidadã exige preparo

argumentativo, já que para lutar pela igualdade (e alcançá-la) faz-se imprescindível o trazimento de memórias consolidadas e compartilhadas de que é possível se viver de forma democrática em uma sociedade em que os seus direitos são respeitados, já que não se pode pensar o direito à cidadania sem a existência de sociedade democrática com práticas democráticas como nas lições de (CHAUI, 2008, p.69),

Dizemos, então, que uma sociedade – e não um simples regime de governo – e democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito a vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

As angoleiras questionaram e se questionaram sobre esse suposto lugar, já que o

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALES, 1984, p.224)

Pode-se então dizer que no espaço da capoeira as mulheres podem se conhecer, se reconhecer, se afirmar positivamente e trocar não só receitas de bolo, mas também análises e reflexões permitindo-se entre si a exposição das suas críticas à realidade e os dilemas das suas experiências que se tornam indispensáveis para o enfrentamento aos preconceitos, discriminações e estereótipos que geram as desigualdades sociais.

A importância desses espaços de troca de experiências na construção do sentido e do exercício do direito à cidadania que exige para a sua efetivação a prática individual

e coletiva que se reveste tanto mais de importância quando se verifica, acompanhando o pensamento de BONDIA (2002, p. 27 ), que

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude

As experiências individuais vivenciadas e que generosamente são trocadas umas com as outras servem como referências para a aprendizagem a fim de colaborar para a diminuição das dificuldades a serem individualmente enfrentadas comporta uma prática pedagógica feminista, horizontalizada em que os saberes compartilhados edificam as identidades enquanto processo contínuo no sentido de construir a autonomia pressupondo-se com SAFIOTTI (2004, p. 37) o reconhecimento das especificidades e os antagonismos para que as diferenças sejam toleradas em convivência possível e saudável.

O gênero comporta diferenças de raça/etnia, assim como de classes sociais. A recíproca também é verdadeira: tanto as classes sociais quanto as categorias de raça/etnia comportam diferenças de gênero. O ser, assim, é multifacético, embora não-fragmentado.

### **Identidade angoleira e a *práxis* de um feminismo negro**

No caso das angoleiras a consciência de gênero desenvolve-se ao lado da inserção em um grupo de capoeira em que os Mestres dando seguimento aos ensinamentos do Mestre Pastinha de inclusão, também fizeram valer o ensinamento de que “é pra homem, menino mulher”.

Assim, conquanto as relações de gênero fossem permeadas pelo machismo que impera na sociedade soteropolitana, as angoleiras ultrapassaram a primeira barreira que era estar dentro de um grupo liderado por homens ali praticando, com todos os conflitos daí decorrentes, praticando de igual para igual o jogo da capoeira e abrindo espaço para

uma relação em que as suas desigualdades não fossem motivo de exclusão e invisibilização, vez que

“as mulheres negras e as mulatas que em geral, sofrem de tripla discriminação: sexual, social e racial. Portanto tudo o que se coloca como problemático para a população negra atinge especialmente as mulheres.” (VALENTE, 1994, p. 12)

O ver-se, saber-se construtora da sua própria história e que essa história vivenciada na Salvador na década de 80 guarda em si uma luta específica pelos direitos da mulher que revela uma experiência de um feminismo negro contextualizado vez que

Os feminismos, ainda que tão diferentes em suas trajetórias, mostram sua vitalidade e enorme força de propagação de idéias libertárias e igualitárias nos momentos em que o poder social das mulheres, em luta por esse ou aquele direito social, vem a público. (COSTA, 2004, p.5)

Para que as mulheres negras mostrem que podem sim dar show com as cadeiras, dar show de flexibilidade, ginga, jogo de corpo, mas que mostrem, também e especialmente, que podem dar show de conhecimento, show de pensamento, show de expressão, de exercício dos seus direitos políticos, da sua individualidade e cidadania, pois são seres que comportam a complexidade constitutiva do ser humano que atua policamente.

## CONCLUSÃO

Este trabalho tentou discutir e refletir sobre uma experiência feminista negra ocorrida em Salvador na década de 80, espalhando-se pelas décadas seguintes em que mulheres negras capoeiristas buscaram transformar a sociedade soteropolitana começando com atitudes pela igualdade de gênero em grupos de capoeira e daí para demais espaços sociais, provocando discussões sobre ser capoeirista, política, feminista enfim, ser uma mulher angoleira, ao tempo em que se dava a apropriação e a difusão à prática da capoeira Angola como construção de uma identidade calcada em um saber oriundo das tradições de origem africana e afro-brasileiras que proporcionavam o



reconhecimento e a construção de uma pertença racial e da consciência das relações de gênero.

A partir destas premissas, sem a presunção de esgotar o tema, concluímos que a dignidade das mulheres perpassa pela efetivação do ser protagonista da sua história, de saber-se capaz de ter “direito a ter direitos”, e que as experiências de aprendizagem podem ocorrer em diversos espaços sociais, como os grupos de capoeira angola.

Assim, a construção (e a desconstrução) do ser angoleira é mediada pela atuação política cotidiana e as suas imbricações com as relações de gênero de forma a encontrar a justa maneira de podermos

(...) dizer que a democracia propicia, pelo modo mesmo do seu enraizamento, uma cultura da cidadania a medida que só e possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos. Se podemos pensar numa cidadania cultural, podemos ter certeza de que ela só é possível através de uma cultura da cidadania, viável apenas numa democracia. Isso abre o tema complicado de uma democracia concreta e, portanto, o tema do socialismo. (CHAUI, 2008, p. 75)

Acredita-se que uma das maneiras de a “cultura da cidadania” vir a substituir a exclusão social é com o afastamento sistemático dos comportamentos de assujeitamento e subalternidade tão perniciosamente impostos às mulheres, desde que a história é conhecida.

Se para o alcance dessa dignidade faz-se necessária a adoção de atitudes que implicam o exercício de ser político – uso e gozo de direitos – e se essas atitudes puderam ser alcançadas com a prática cultural da capoeira angola, na forma aqui investigada, então conclui-se que os saberes dessa prática educativa tradicional foram valioso instrumento para a adoção de uma prática feminista que permite a internalização e disseminação de valores sociais de igualdade de gênero e, portanto, colabora eficazmente com a transformação positiva da realidade brasileira no sentido de alcançar-se a justiça social.



## REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro (coord.). **Mestres e Capoeiras Famosos da Bahia**. Salvador: EDUFBA. 2013. 2ª edição.

ALVES, Meire Viana. **O Movimento da Mulher Negra Brasileira: Historia Tendência e Dilemas Contemporâneos**. Disponível em <http://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-ilemascontemporaneos/#axzz3Vtt8yCWt>. Acesso em 21.07.2014.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência, Universidade de Barcelona, Espanha Tradução de João Wanderley Geraldi, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística. In: **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2002 N° 19.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. Consciência em debate/Coordenadora Vera Lúcia Benedito.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia\\_Pons\\_Cardoso\\_69.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf). Acesso em 20.12.2014.

CHAUÍ, Marilena. **O discurso competente e outras falas**. 3ª edição. Editora Moderna: São Paulo. 1982.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Año 1, n. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, 2008 Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em 03 de junho de 2014.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**. v.12, Florianópolis, set./dez. 2004. p.23-26. Número especial.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1992)**. Tradução, Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 110).

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.



PERROT, Michelle *et al.* História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**. v.2, n.1, 2001. p.5-42.

SAFIOTTI, Heleieth. Diferença ou indiferença: Gênero, raça/etnia, classe social. in: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. Caderno n. 8. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2014.

SARDENBERG, Cecília e COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida, BINGHEMER (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

SOUZA, Sirlene Cristina *et al.* **A renovação historiográfica e as contribuições para a história da educação: novos métodos e novas fontes de pesquisa**. Disponível [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/caderno\\_resumo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/caderno_resumo.pdf). Acesso em 18 de janeiro 2015.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Ser Negro No Brasil Hoje*. 11 ed. São Paulo: Moderna, 1994.

